

Baía de Sepetiba hoje: a possível Baía de Guanabara do amanhã.

Silvio Cesar Alves Rodrigues y Marcelo Bessa De Freitas.

Cita:

Silvio Cesar Alves Rodrigues y Marcelo Bessa De Freitas (2017). *Baía de Sepetiba hoje: a possível Baía de Guanabara do amanhã*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3133>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

BAÍA DE SEPETIBA HOJE: A POSSIVEL GUANABARA DO AMANHA

Silvio Cesar Alves Rodrigues

scarr2801@gmail.com

IPPUR/UFRJ – FLUP/ UP

Brasil

Marcelo Bessa de Freitas

bessa@ensp.fiocruz.br

DSSA/ENSP/FIOCRIZ

Brasil

RESUMEN

A Baía de Sepetiba no estado do Rio de Janeiro, pródiga em atributos naturais, ao longo do tempo atraiu pessoas que desenvolveram atividades artesanais e amalgamaram territorialidades. No final da década de 1950, esse ambiente fluviomarinho começa a ser imolado pela chegada de plantas fabris. A instalação e operação das estruturas produtivas além de prejuízos a paisagem, contaminou trechos do estuário com metais pesados, avigorando sua compreensão como “zona de sacrifício” (Bullard apud Acselrad, 2004, p.9). No alvorecer do XXI, o discurso da parceria público-privada (PPP) de forma arrivista se apropria do passivo para justificar a instalação de empreendimentos logísticos, portuários e industriais no território. Desde então, às expensas do erário, a Baía é submetida a transformações geomorfológicas na promoção do crescimento econômico. Embora o modelo adotado reivindique concepções hodiernas e estampe selos sustentáveis, o emprego de técnicas ultrapassadas (aterros de manguezais e desflorestamento da mata remanescente), a participação social limitada às demandas protocolares e a opacidade do processo indicam, minimamente, sua vocação anacrônica. Dessarte, sob o prisma do planejamento urbano e da história ambiental propomos identificar práticas e mentalidades no âmbito técnico, ambiental, social, econômico e político inadequadas a realidade contemporânea. Para refletir sobre a desconstrução da paisagem e da memória, e reconstrução híbrida ordenada pela decisão refratária de afirmar a rugosidade economicista em detrimento a práticas e hábitos tradicionais, a metodologia recorre: a análise dos métodos de construção de cenários futuros (Ghemawat, 2000; Godet, 2000; Porter, 1985; Schoemaker, 1991; e Schwartz, 2006); o exame dos EIA/RIMA produzidos na expansão do Porto de Itaguaí, construção do Porto Sudeste, Usiminas/Ingá, Estaleiro e Base de Submarinos da Marinha (Prosub-EBN); a conteúdos obtidos nas pesquisas “A construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos entre atores envolvidos em conflitos socioambientais – o caso do passivo ambiental da Companhia Mercantil e Industrial Ingá” (Freitas *et al* 2009), e “Impactos de grandes empreendimentos projetados para a região da Baía de Sepetiba nas condições de vida e situação de saúde dos trabalhadores da pesca das Colônias de Pedra de Guaratiba (Z-14), Sepetiba (Z-15) e Itacuruçá (Z16)” (Freitas *et al* 2013). Essa leitura transversal permite verificar, para além da produção de efeitos negativos e ameaças aos valores ambientais, sociais e culturais, mesmo considerando as compensações previstas a mitigação, os impactos produzidos assinarem procedimentos em discordância com o tempo presente. Do mesmo modo, identificar a eferescência



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de interesses, cumplicidades e permissividades na incorporação e privatização do território com objetivo de intensificar seu uso na defesa de pretensos vetores econômicos. Como resultado, pretende apontar o anacronismo do planejamento que cerca o ambiente de muros simbólicos/concretos, projeta reeditar uma espécie de “*enclosure*” no século XXI, e reduzi-la a hidrovía e parque industrial.

Palabras clave: Baía de Sepetiba; Ambiente; Sociedade.

ABSTRACT

The Bay of Sepetiba in the state of Rio de Janeiro, lavish on natural attributes, over time attracted people who developed artisan activities and amalgamated territorialities. In the late 1950s, this fluvial environment began to be sacrificed by the arrival of manufacturing plants. The installation and operation of the productive structures besides damages to the landscape contaminated stretches of the estuary with heavy metals, invigorating their understanding as a "sacrificial zone" (Bullard apud Acselrad, 2004, p.9). At the dawn of the XXI, the discourse of the public-private partnership (PPP) upstream appropriates the liabilities to justify the installation of logistic, port and industrial enterprises in the territory. Since then, at the expense of the treasury, the Bay is subjected to geomorphological transformations in the promotion of economic growth. Although the adopted model claims current conceptions and stamps sustainable seals, the use of outdated techniques (mangrove landfills and deforestation of the remaining forest), social participation limited to protocol demands and the opacity of the process indicate, minimally, its anachronistic vocation. From the point of view of urban planning and environmental history, we propose to identify practices and mentalities in the technical, environmental, social, economic and political spheres that are inadequate to contemporary reality. To reflect on deconstruction of the landscape and memory, and hybrid reconstruction ordered by the refractory decision to assert the economicist rugosity to the detriment of traditional practices and habits, the methodology uses: the analysis of the methods of construction of future scenarios (Ghemawat, 2000; , 2000; Porter, 1985; Schoemaker, 1991; and Schwartz, 2006); the examination of the EIA / RIMA produced in the expansion of the Port of Itaguaí, construction of the Port Sudeste, Usiminas / Ingá, Shipyard and Navy Submarine Base (Prosub-EBN); (Freitas et al. 2009), and "Impacts of large projects designed for the region" (Freitas et al., 2009) of Sepetiba Bay in the conditions of life and health situation of the fishing workers of the Colonies of Pedra de Guaratiba (Z-14), Sepetiba (Z-15) and Itacuruçá (Z16) "(Freitas et al 2013). This cross-sectional reading allows us to verify that, in addition to producing negative effects and threats to environmental, social and cultural values, even considering mitigation compensations, the impacts produced sign procedures in disagreement with the present time. In the same way, to identify the effervescence of interests, complicities and permissivities in the incorporation and privatization of the territory with the objective of intensifying its use in the defense of presumed economic vectors. As a result, it intends to point out the anachronism of planning that surrounds the environment of symbolic / concrete walls, projects to reedit a kind of enclosure in the XXI century, and reduce it to waterway and industrial park.

Keywords: Sepetiba Bay; Environment; Society.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Introdução

De acordo com o dicionário - instrumento no qual o “enunciado definitório, na sua dimensão mais geral, caracteriza-se por realizar uma delimitação [...] ao mesmo tempo, não se resume à colocação de limites” (Finatto, 2003) - Planejamento pode ser o ato ou efeito de prever, antecipar ou vislumbrar algo que ainda não aconteceu, igualmente preparar ou projetar. Em linhas gerais, é um processo dinâmico que envolve ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas nas mais diferentes áreas com a expectativa de atender as mais diversas demandas. Porém, planejar implica pensar e desenvolver uma ideia, que para sua realização é fundamental tomar a melhor decisão. Contudo, diferente da realidade, toda e qualquer decisão de fazer deveria se balizar pela competência técnica e metodológica, por sua vez, condicionada à fabricação mental de cada época. Como ensina Febvre (1970), “Cada época fabrica mentalmente seu universo”, com “materiais de que dispõe, todos os fatos (verdadeiros ou falsos) que herdou ou que acaba de adquirir”, com os dons próprios, engenhosidade, qualidades e curiosidades, tudo aquilo que a distingue das épocas precedentes.

Embora a crítica formulada, nos anos 1940, encontre realce na História, a análise de eventos em uma determinada época baseada em valores e conceitos de outra não é fundamentalmente chancela apenas desse lugar na produção do conhecimento. A apropriação e o emprego do termo/conceito, com a finalidade de transmitir a ideia de “contra o tempo”, pode se evidenciar em estudos de economia, ecologia, saúde pública, ciência política e planejamento, entre outros. Assim, mesmo ao considerar ações incorporarem métodos e práticas inscritas na tradição, ou hábitos, comprovada a eficácia se legitimam por saberes, éticas e estéticas fabricadas ou vigentes no domínio temporal do emprego, no tempo presente.

Isso posto, esse artigo sob o prisma do Planejamento Urbano, afinado à produção da História Ambiental, se propõe identificar no modelo de gestão adotado na Baía de Sepetiba mentalidades e práticas no âmbito técnico, ambiental, social, econômico e político inadequadas a realidade do século XXI. A ideia toma força ao perceber a efervescência de interesses, cumplicidades e permissividades no processo de incorporação e privatização do espaço de experiência no estado do Rio de Janeiro. Além de verificar arbitrariedades na intensificação de uso do sistema suporte em defesa dos pretensos vetores de crescimento econômico. Ainda, nos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mecanismos fora do registro temporal, ameaças similares as que condenaram a Baía de Guanabara avançar velozmente em função da quantidade de dinheiro que se pretende ganhar desconsiderar qualidades e valores que se podem perder.

Nessa reflexão, sobre possíveis desvios cronológicos - ainda a ignorância dos progressos científicos - que permeiam a desestruturação e reestruturação do domínio ambiental, os recursos teórico-metodológicos recorrem ao exame de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) confeccionados para construção do Porto Sudeste, Usiminas/Ingá e Programa de Desenvolvimento de Submarinos - Estaleiro e Base Naval (Prosub-EBN). Também apoia-se em conteúdos obtidos na realização de pesquisas: “A construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos entre atores envolvidos em conflitos socioambientais: o caso do passivo ambiental da Companhia Mercantil e Industrial Ingá” (Freitas, *et al.*, 2009); e, “Impactos de grandes empreendimentos projetados para a região da Baía de Sepetiba nas condições de vida e situação de saúde dos trabalhadores da pesca das Colônias de Pedra de Guaratiba (Z-14), Sepetiba (Z-15) e Itacuruçá (Z16)” (Idem, 2013). Orientados a análise de métodos de construção de cenários futuros proposta por Ghemawat (2000), Godet (2000), Porter (1985), Schoemaker (1991) e Schwartz (2006). Não obstante, valoriza o diálogo interdisciplinar entre Sociologia, Economia, Geografia, Urbanismo, Ciência Política, Direito balizas nos estudos do Planejamento Urbano e Regional.

Com esse procedimento, espera apresentar o processo ordenado pela decisão refratária de afirmar uma rugosidade urbano-economicista-adstringente, em detrimento as tradicionais, que reduz o sistema socioecológico a hidrovia e parque industrial. Igualmente, facilitar a percepção de medidas potencialmente fora do registro temporal alinhadas ao espírito predatório (Holanda, 1936). Ainda, consequências sobre a natureza sociocultural/socioambiental a tingir anacronismos e cercar de muros concretos, simbólicos parecendo reeditar uma espécie de “*enclosure*”.

Interesses do plano

Ao longo do tempo, disputas, guerras e batalhas diplomáticas são travadas em busca de uma saída para o mar. No caso brasileiro, a “Amazônia Azul”, além de alimentar curiosidades



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

historicamente desperta interesses e cobiça. Essa imensidão marítima, na visão romântica, oferece argumentos a realçar os ilimitados valores inscritos na paisagem. Aos olhos da geopolítica, o caráter estratégico e a qualidade de caminho acenam para encontro de “riquezas”. Enquanto a importância de subsistência delinea organização e compreensões sobre o mundo da vida, sobretudo, às populações litorâneas, foco dos olhares afeitos as questões sociais e ambientais. Mas, como esse ativo multissensorial desperta signos, experiências, expectativas e interesses, no Brasil XXI serve, mormente, para sustentar, ampliar e requestrar a refrataria política de *commodities* (agrícolas e minerais).

Por conta dessa mentalidade, emerge em janeiro de 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).¹ Para articular investimentos em infraestrutura e medidas institucionais; atender eixos de logística, energia e social e urbano. No segundo plano, desonerar e aperfeiçoar o sistema tributário, estimular crédito e financiamento, melhorar o ambiente financeiro e tomar medidas fiscais de longo prazo. Em função das ações reunir orçamentos da União, de estados, dos municípios e recursos da iniciativa privada, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao Grupo Executivo do PAC (GEPAC) encaminhamentos periódicos de informações sobre a execução físico-financeira dos empreendimentos monitorados.

Definido como de interesse público, social e ambiental, o PAC ou “Avançar”, catalisa obras e intervenções em vários pontos do país, assim como arranjos, acordos, benefícios, desarranjos, desacordos e prejuízos. Isto, em meio a divisão social do trabalho donde se regride abruptamente pelo decréscimo de capitais na educação, desindustrialização e concentração de esforços para exportar matéria-prima. Todavia, seu maior compromisso assina expectativas de acumulação financeira, crescimento econômico e de capitais políticos eleitorais. Na época de lançamento, o Governo Federal divulgava cifras de R\$509.300.000.000,00, mas segundo o TCU, em 2009 já atingiam R\$1.100.000.000.000,00 depois de 2010. Em meio à crise moral e ética, desde 2015, artigos veiculados na imprensa indicam custos acima de R\$3.000.000.000.000,00.

Por conta do projeto, arquitetado no objetivo de granjear votos e megaeventos, a capital do Rio de Janeiro acolheu outra reforma urbana. O discurso de elevar padrões de eficiência e competitividade se infiltrou nas áreas de influência e a Baía de Sepetiba foi invadida por plantas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

industriais e logística portuária. As estruturas, além dos interesses lastreados pela racionalidade vigente, potencializam o uso do sistema suporte e aumentam a escala de intervenções e impactos. Simultaneamente, projeta dificuldades às atividades tradicionais, como pesca e turismo ecológico, com prejuízos a cadeia produtiva e consequências à condição humana (Arendt, 2007).

Enquanto as ambições políticas especulam crescimento econômico, em compensação, a tentativa de apropriação produz deformações no cenário natural e riscos aos ecossistemas. Tal interferência desestabiliza bases tradicionais de subsistência e comunidades artesanais inscritas no território. No arrasto, o salto de escala esfacela elementos do concreto ao simbólico (Bourdieu, 2009), e os valores enraizados na territorialidade, na memória, padecem com a articulação da desterritorialização que precede a reterritorialização artificial (Deleuze & Guattari, 2010). Por fim, para resguardar bens materiais as estruturas erguidas, ou em construção, valem-se do expediente de cercar o espaço, antes público, e impor a “arquitetura das grades”.ⁱⁱ Em outras palavras, ao criar áreas de exclusão explicitam o poder repelente e o desinteresse em compartilhar o espaço. Além disso, anuncia a possibilidade de forjar na rica, porém menos famosa, Baía tão somente um “mar de minas”. Dessa forma, à luz de premissas weberianas da ação pelo fim em si, deixa de observar valores imateriais (Cassirer, 1994), ao apresentar elementos consonantes a uma pretensa reconfiguração socioespacial. De igual modo, estratégias de legitimação do político-econômico se afirmam sobre o patrimônio socioambiental da Baía de Sepetiba.

A Baía de Sepetiba

Por abrigar significativa faixa de Mata Atlântica, manguezais, rios e importante bioma, remanescentes, o complexo ecossistema costeiro com cerca de 305km² no Estado do Rio de Janeiro atraiu populações organizadas em bases extrativistas e técnicas artesanais. A Baía de Sepetiba, além de parte da capital carioca banha os municípios de Itaguaí e Mangaratibaⁱⁱⁱ. Entre os séculos XVII e XVIII, assumia a função de ponto estratégico, segundo Fridman e Ferreira (1996), no transporte do minério extraído das Minas Gerais pelo caminho de Paraty e se destinava à Lisboa. Em seu



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

recôncavo, corsários e soldados de D. João VI travaram batalhas pelo ouro, pau-brasil, outras riquezas e servia ao transbordo do comércio escravista.

Mesmo assim, as modificações da paisagem eram sutis e somente começa a ser sistematicamente corrompida após 1959. Quando, amparada na Industrialização Nacional, aporta na Ilha da Madeira, bairro em Itaguaí, a Mercantil Ingá e de imediato transforma o meio físico. Devido aos aterros, liga a ilha ao continente que passa a ser uma península. Quanto no núcleo social, é submetido aos primeiros cercamentos e sujeitado a remoções. Contudo, o empreendimento movia sopros afinados a mentalidade da época, e apesar de estranhamentos os postos de trabalho absorviam moradores até então dependentes apenas das atividades sazonais.

A movimentação despertava esperanças, numa época de preocupações ambientais reduzidas e de um progresso quase despido de cargas simbólicas negativas, por não supor acionar com tanta eficiência processos devastadores. Na mesma época a produção de pescado na Baía de Sepetiba, que até 2006 era a segunda maior do Brasil, continuava abundante, contrastando com o cenário atual em que se encontra em progressivo declínio e projeções cada vez mais pessimistas (Rodrigues, 2012).

Na década de 1960, inicia a produção de minérios constituídos ou contendo silicato de zinco por hidrometalurgia da *calamina*. O refugo sólido (chumbo, cobre, cádmio e outros) era depositado no terreno da indústria e, a rotina ignorante a propriedade cumulativa de traços metais, resultou na formação de uma montanha com 3.500.000m³ de metais pesados. Além de sólidos, efluentes líquidos foram despejados nas áreas de manguezal até 1984, quando a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), obrigou a construir um dique para controlar a contaminação, que persiste até 2005. Com a falência, decretada em 1987, a empresa deixa dívidas trabalhistas e o incalculável rastro de destruição ambiental como legado. Anos depois, sob o argumento de recuperar a área degradada, o terreno é arrematado em leilão pela Usiminas em 2008.

Embora o poder destrutivo seja visível, na época do planejamento, o procedimento expressava avanço tecnológico. Dessarte, a operação pode ser considerada legítima, afinal correspondia a realidade e ao conhecimento até então produzido. Do mesmo modo, o experimento não nutria expectativas em relação a conquistas sociais, ou haviam tantas alternativas para atender objetivos mercantis e industriais. Contudo, dessa experiência abrolham as perseguições, resistências



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

e tensões contemporâneas que endossam a permissividade e viabiliza novos tirocínios e transformações. Sobretudo, por incitar a compreensão do espaço como área invalidada e própria a injustiças ambientais. Em outras palavras, por seu reconhecimento como “zona de sacrificio” (Bullard apud Acselrad, 2004, p.9).

Essa adulteração foi possível constatar, a partir de 2009, durante as investigações sobre o passivo ambiental. Quando, para remediar a contaminação o poder público afiança a instalação do Terminal Portuário (Usiminas/Ingá), Superporto Sudeste (LLX/MMX), Programa de Desenvolvimento de Submarinos Convencionais e Nucleares e Base Naval (Marinha/Odebrecht/DCNS), e produzir outros significados. Desde então, as ações integradas no incremento de atividades logístico-portuários e industriais passaram a ser objeto de nossa investigação.

Além de perquirir potencialidades econômicas, tomadas de precauções, observa-se principalmente a capacidade de a empreitada produzir riscos e efeitos ao *genius loci*. De que modo, a chegada dos empreendimentos, submetem a transformações significativas avigora reações e sensações ao reduto tradicional de atividades artesanais. Quanto a isso, moradores/pescadores tão logo sentiram os primeiros efeitos no ambiente e na ambiência, através de manifestações, buscaram esclarecimentos e medidas comprometidas com a qualidade do ecossistema. Porém, o silêncio ou respostas protocolares, dos órgãos públicos e parceria privada, reiteram a legitimidade fabricada pelos EIA e RIMA.

A respeito de seus conteúdos, um breve exame dos Estudos/Relatórios permite encontrar imprecisões e contradições em relação aos aspectos técnicos e processos licitatórios. Algumas arbitrariedades, inclusive, servem para instrumentalizar denúncias e peças processuais encaminhadas ao Ministério Público. Contudo, o poder instituído a parceria público-privada (PPP), somados a morosidade do judiciário, evita embargos/paralisação das operações. Tão somente em virtude da magnitude, quando algumas agressões ultrapassam a blindagem institucional, iniquidades são reconhecidas pela opinião pública e chegam a produzir paliativos como os Termos de Ajuste de Conduta (TAC). Sobre tais exceções, além de justificativas político-econômicas a PPP vale-se da opacidade do território (Santos, 1997) para expor população e estuário a acometimentos. Com isso,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a atmosfera de vulnerabilidade ganha força e a processual redefinição da paisagem, por meio de práticas que não foram renovadas como a supressão da cobertura remanescente e aterros de manguezais, crimes ambientais previstos na Constituição Federal, é permitida devido à baixa luminosidade da Baía de Sepetiba.

Mesmo ornada por belezas e recursos naturais, considerada no passado um dos mais produtivos ecossistemas pesqueiros do país e banhar parte da cidade do Rio de Janeiro, a Baía de Sepetiba encontra-se no subúrbio e simultaneamente carrega o ônus e o bônus da condição periférica. Afastada do centro de decisão, do interesse político mais imediato, sucessivamente dos investimentos e serviços essenciais foi ocupada, majoritariamente, por uma gente modesta e cresceu como “espaço dos pobres” (Marzulo, 2005). Por outro lado, essa configuração determinou um ritmo que remete ao “homem lento” no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro (2012). Trata-se do compasso desconectado das dinâmicas dos espaços luminosos, apesar de afastar dos serviços públicos, inibe a intervenção agressiva sobre a paisagem natural, mesmo impactada, pela construída. Todavia, os atributos ecológicos não foram suficientes a construir reconhecimentos, ao menos para a autoridade pública e as potencialidades naturais recebem o carimbo “ESTRATÉGICO”.

Os interesses capitais envoltos em argumentos fornecidos pela contaminação da Ingá, permitiram a PPP empunhar o discurso de viés economicista. Por isso, a expansão do Porto de Itaguaí, construção do Porto Sudeste, Usiminas/Ingá, Estaleiro e Base de Submarinos da Marinha, Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro e Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), entre outros, embora acendam as luzes ameaçam sobrepor signos positivos. Apesar das incertezas, ceticismo e mobilização dos mais atingidos, o possível fim das atividades artesanais e de uso residencial, a inexorável submissão do ambiente persiste.

Como esse *setup*, profundas alterações na paisagem e consequências aos usos tradicionais, implicações a produtividade, a saúde e a segurança são projetados. O histórico de contaminação ajudou a marcar a Baía com “X”^{iv}, afirmar o poder desse “planejamento” dissolver arranjos socioeconômicos e afetar capitais ecológicos. Ao observar as ações, em oposição a racionalidade vigente, a fronteira da percepção poder ultrapassar evidências por mutações radicais, durante a pesquisa citada câmeras fotográficas, filmadoras e gravadores foram usadas na tentativa de registrar



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

frames. As imagens, que preservam vestígios do território, efigies insurgentes e estoques representativos, capturadas servem a produção científica. Tanto na composição de versões escritas, quanto na realização do documentário: “Território de Sacrificio ao Deus do Capital: o caso da Ilha da Madeira”.

Epicentro de injustiças

O processo, desencadeado para atender a economização do território com a injeção de capital político-econômico, combina elementos contíguos à “história-problema”^v e começa a sequestrar a Baía de Sepetiba pela Ilha da Madeira. Lugar onde, Porto Sudeste, Usiminas e Prosub-EBN dividem o protagonismo e as três plantas, crescidas sobre os escombros de dezenas de casas, equipamentos públicos e comerciais do bairro, forjam um “Mar de Minas” em três acepções: área marítima do estado de Minas Gerais (MG); local de onde se extrai o minério; e artefato bélico.

Em março de 2007, a LLX Operações Portuárias S. A., e a Sepetiba Empreendimentos e Participações Ltda. abalroa a Ilha da Madeira, autorizadas a extrair, estocar, movimentar, beneficiar pedras e britas e construir o Superporto Sudeste. Tempos depois, em leilão da BM&F Bovespa de 20/05/2011, a operação é transferida a MMX Mineração e Metálicos S. A. que adquiriu 92,28% da PORTX Operações Portuárias depois da “falência” do empresário Eike Batista, atual PortCo.^{vi}

O empreendimento, onde o mantra da recuperação ambiental não catalisa justificativas, suspendeu metais pesados estabilizados, aterrou manguezais e desflorestou remanescentes de Mata Atlântica. Paralelamente, irradiou as maiores preocupações, reclamações, incertezas, denúncias, investigações e polêmicas. Sobretudo, por interferir no jogo de interações complexas entre meio físico, viveres e práticas produtivas da sociedade. A magnitude, frequência e intensidade de explosões para abrir um túnel, a supressão da cobertura verde e principalmente a desposseção na Vila do Engenho despertaram temores. Antes da empresa, o lugar era preenchido por uma centena de casas, posto de saúde e policial, escola, quadra poliesportiva e comércio. Em 2015, apenas vinte e cinco famílias que não venderam os imóveis estavam cercadas pelo empreendimento e desprovidas dos serviços públicos. Isso levou o Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(RJ) a ingressar com ação civil pública contra a empresa e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para suspender a Licença de Operação no município de Itaguaí (RJ).

O MPF alegou o descumprimento de obrigações estabelecidas na Licença de Instalação, da comprovada emissão de gases e partículas altamente prejudiciais à saúde como: dióxido de enxofre (SO₂); dióxido de nitrogênio (NO₂); partículas inaláveis (PM₁₀), partículas totais em suspensão (PTS), hidrocarbonetos (HCT) e monóxido de carbono (CO). Contudo, o Porto não parou de funcionar e os resistentes, cerca de 6 famílias em 2017, vivem na condição de “terra arrasada”. Sequer, as suspeitas de favorecimento e corrupção, denunciadas na negociação de terrenos em 2011 impediu a “chantagem locacional” (Acselrad, 2010). A obscuridade originou a criação da Comissão Parlamentar de Investigação (CPI), na Câmara Municipal de Itaguaí, para apurar o ágio de 20.500% pago pela MMX/EBX a empresas constituídas dias depois da compra dos terrenos. As suspeitas recaíram sobre a aquisição de dois terrenos de 40.000m² por R\$50.000,00, em setembro de 2010, vendidos a MMX/EBX em dezembro do mesmo ano por R\$10.300.000,00 pela Schuler do Brasil Empreendimentos e Participações de Alexandre Valle, e KOF Empreendimentos e Participações de Alexandre Oberg. Quanto aos empresários vale ressaltar: Valle era secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Itaguaí, tesoureiro das campanhas eleitorais do prefeito Carlo Busatto Junior (Charlinho) condenado em 2015 por desviar fundos públicos destinados a compra de ambulâncias e fraudar licença ambiental, enquanto Oberg era o procurador-geral responsável pelos negócios municipais. No entanto, o inquérito não encontrou culpados e o terminal recebeu autorização de operação parcial para exportar minério de ferro da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em 2014. Em compensação, Valle foi eleito Deputado Federal pelo Partido Republicano Progressista (PRS) em 2014. Charlinho (PMDB), mesmo com a candidatura impugnada pela Lei da Ficha Limpa ou Complementar n°. 135 de 2010, foi eleito em 2016 prefeito de Itaguaí e a Baía de Sepetiba assumiu contornos de mar do minério.

Outro quadro pitoresco, começa a ser pintado pela Usiminas, na reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) dia 29 de maio de 2007. Na ocasião, a ministra Marina Silva, os governadores Sérgio Cabral e Aécio Neves, Jarbas Barsanti (adm. da massa falida da Ingá), secretários do Meio Ambiente Carlos Minc (RJ) e José Carvalho (MG) assinaram um acordo para



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

recuperação do passivo ambiental da Ingá. A negociata, que começou antes das eleições, levou no dia 9 de dezembro de 2006 a imprensa publicar: “Minas ganhará uma saída para o mar no Rio”: Mas, a falta de transparência, suspeitas de irregularidades, ausência de debates, de compromissos com despoluição/reparação dos danos, ofereceram argumentos a tentativa de impedir o leilão. Porém, manifestações populares e ações na justiça não foram suficientes para barrar o pregão em junho de 2008. Depois de arrematar o troço pela quantia de R\$72.000.000,00, 60% do mínimo, a empresa do setor siderúrgico chegou revestida da aguardada solução ambiental. Logo, divulgava a necessidade de investir R\$92.000.000,00 para recuperação do terreno de 968.000m². Depois, construir retroárea portuária (manuseio e estocagem de minério) e terminal para exportar entre 25 a 29 milhões de toneladas ano da *commodity* extraída no interior de Minas Gerais (MG).

No cenário projetado, conforme o RIMA (HAZTEC, 2010), o crescimento do setor não seria possível sem o projeto que ampliaria a arrecadação de impostos e distribuição de *royalties*. Durante a implantação, previa investir R\$3.000.000.000,00, gerar 1.500 a 2.000 empregos, crescer em R\$15.000.000,00 ano a massa salarial, e na operação criar 400 empregos, mas não é possível conformar. Porém, o “sonho” inscrito no folclore mineiro^{vii}, defendido desde 1857 por Teófilo Ottoni que atribuía a falta de mar o atraso econômico se consolidou e a Baía de Sepetiba tornou-se o mar de Minas Gerais.

Por último, justificado pelo interesse e relevância ao bem público, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos - Estaleiro e Base Naval (Prosub-EBN), objetiva a construção, operação e manutenção de Submarinos Convencionais e de Propulsão Nuclear. O negócio, assinado em 2008 por Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, reúne Marinha do Brasil, *Direction des Constructions Navales et Services* (DCNS) e Norberto Odebrecht na formação da Itaguaí Construções Navais (ICN). A licença de instalação (08/2010), previu aterro hidráulico protegido por enrocamento de 413.000m²; dragagem para implantação de bacia de evolução e canal de acesso, com volume de 6.875.000m³; acesso viário (600m), e túnel (671m). Em síntese, eliminar duas praias naturais e criar área plana artificial.

O argumento de “Defesa Nacional”, buscou na proteção da área marítima de 3.500.000 ou 4.500.000km², se aceita pelas Nações Unidas a extensão até a Plataforma Continental, sua



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fundamentação. A Marinha, no website, disse a iniciativa expressar a vontade de superar o “*apartheid*” tecnológico. Segundo entusiastas, proteger a gerar riqueza a partir da exploração oceânica viabiliza a produção do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e mais quatro convencionais (diesel-elétrico), ao custo de €6.790.862.142,00 com a transferência de tecnologia, compra de sobressalentes e torpedos (Poggio, 2011). Expectativa reiterada por Dilma Rousseff (07/2011), na cerimônia de início a Construção dos Submarinos. Mas, o discurso de investimento e obtenção de lucros com exploração e uso aquático aclara a subsunção da Baía de Sepetiba. No EIA, a advertência de “o empreendimento terá sistemas múltiplos de segurança e proteção adequados e indispensáveis ao tipo de atividade militar” (MRS, 2009), anunciava restrições e muros. E, os arredores do empreendimento receberam o código ISPS (*International Ship and Port Facility Security Code*) e a Baía cercada pelo protocolo de máxima segurança foi transformada no mar bélico.

Privilégios e exceções

A Usiminas/Ingá, Porto Sudeste e Prosub-EBN, nutridos da fórmula neoliberal “crescer para distribuir”, a expensas do erário, ancorados no tripé: solução do passivo ambiental; fonte de desenvolvimento da região; defesa e segurança nacional. Sem delongas, receberam Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV). Credencial utilizada em casos excepcionais, com outorga de órgãos ambientais federal, estadual, municipal e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAAP), que permite, desmatar, retificar e alterar padrões ambientais. Enquanto decreta a força da PPP na apropriação, sugere o esboço do estado de exceção e inimputabilidades. Tal beneplácito permitiu a Marinha do Brasil divulgar em 2011, sem constrangimento, a realização de aterros na área de 320.000m² para construir dois píeres de 150m e três docas com 170m. Para ilustrar, o quadro abaixo indica áreas de supressão e compensações previstas nos EIA/RIMA confeccionados pela Ecology (2008), MRS (2009) e Haztec (2010):

Empresa	Licenciador	Atividade	Área Supressão	Compensação
---------	-------------	-----------	----------------	-------------



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

LLX/MMX	Inea	Extração argila, saibro e granito. Terminal Exportação de Minério	31,16 ha 5,74 ha Vegetação de Terra firme 1,8 ha Manguezal 0,12 ha Floresta Ombrófila Densa	100 ha Floresta 5,74 ha 5,4 ha Manguezal 1 ha F. Ombrófila Densa
EBN Prosub	IBAMA	Estaleiro e Base Naval	17,75ha	2,06ha
Usiminas	Inea	Projeto Integrado Remediação+Funcional	11,29 ha Floresta Ombrófila Densa 5,10 ha Manguezal	12 ha Floresta Ombrófila 6 ha Manguezal

Os dados acima, ajudam a reconhecer o atraso na natureza das medidas, que além de emular “efeitos pressão” atingem ambiência e territorialidade. Igualmente, o aumento de ação antrópica esvaziar hábitos e práticas, promover desequilíbrios, dificultar a transmissão da cultura e desestruturar núcleos sociais. Por isso, algumas lideranças ao sentirem a propagação de efeitos articularam reações. Todavia, cientes de que diante do poder instituído não poderiam ambicionar desmontar as operações como quando impediu a instalação da Usina Termoelétrica a Carvão.^{viii} Apenas se esforçam ao factível, conforme as regras do jogo e da regulação, mitigar e compensar para continuar a viver “na” e “da” Baía com atividades culturais e laborais.

Outro problema se revela em função da legitimidade das comunidades, visto a Marinha do Brasil não as reconhecer tradicionais, o que produz ecos. De acordo com o RIMA:

Na Área de Influência Direta do empreendimento pescadores artesanais e catadores/coletores de moluscos e crustáceos foram encontrados, no entanto estes não se caracterizam estritamente como comunidade tradicional, pois não há clara definição de limites sociais e profundidade histórica em suas memórias [...] O que foi observado foi pescadores artesanais oriundos de migrações em diferentes períodos, cujas relações de solidariedade ocorrem a partir das práticas pesqueiras sem, contudo, ocorrer relações fortes de parentesco e de longa descendência na região (MRS, 2009, p.67-68).

Quanto a desqualificação, moradores/pescadores responderam descender de famílias que chegaram a Baía no mínimo há 4 gerações. Por sua vez, a legislação federal brasileira, Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, no art. 3º, inciso I da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais celebra:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Assim são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, dentre outras.

Portanto, não é plausível classificar “tradicionais” apenas pessoas que vivem isoladas, afastadas do mercado ou povos primitivos. Nesse caso merece destaque:

Embora a noção de *tradição* [bem como os termos daí derivados, em forma e significação] apareça em textos clássicos associada ao postulado de ‘continuidade’, conforme sublinha Foucault in ‘Resposta ao Círculo Epistemológico’ (1968), importa sublinhar que o termo ‘tradicional’ da expressão ‘povos tradicionais’, aqui frequentemente repetida, não pode mais ser lido segundo uma linearidade histórica ou sob a ótica do passado ou ainda como uma ‘remanescência’ das chamadas ‘comunidades primitivas’ e ‘comunidades domésticas’ [...]. “O chamado ‘tradicional’, antes de aparecer como referência histórica remota, aparece como reivindicação contemporânea e como direito involucrado em formas de autodefinição coletiva. [...]. Deste ponto de vista, além de ser do tempo presente, o ‘tradicional’ é, portanto, social e politicamente construído”. “Ao problematizar a historicidade da ‘tradição’ e reinterpretá-la criticamente estamos de fato produzindo uma análise arqueológica, porquanto a libertamos da noção de passado, remetendo-a para os conflitos contemporâneos” (Almeida, 2006, p. 9-11).

Ainda, no trabalho “O mito moderno da natureza intocada”, Diegues elenca características auxiliares para identificar “povos e comunidades tradicionais”:

a) dependência da relação de simbiose entre a natureza com os quais constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado, estratégico e o manejo destes recursos naturais e seus ciclos. c) moradia e ocupação do território por várias gerações e com uma noção de “território” pautada no espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) reduzida acumulação do capital com ênfase nas atividades de subsistência, ainda que a produção de ‘mercadorias’ possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado; evidente importância dada unidade familiar e aos mitos e simbologias associados à caça, pesca e atividades extrativistas (Diegues, 1996).

Logo, povos ou comunidades tradicionais são sujeitos historicamente construídos, interventores do processo em afirmação da diversidade social e sua importância não pode ser



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ignorada pelo fisiologismo. A existência social e política está no seio do processo que transforma a luta dos tradicionais em social pelo espaço, pelo reconhecimento da legitimidade e hegemonia de um modo de vida próprio as condições em que os construíram e lhes é vital. Desse modo, é necessário atualizar a leitura do conceito e romper com a miopia do discurso colonial. Compreender as comunidades tradicionais pela importância no cenário sociopolítico democrático.

Considerações

Metaforicamente, a Baía de Sepetiba encontra-se em erupção, moradores/pescadores ainda temem, por diferentes razões, serem removidos ou expulsos. As áreas de exclusão se multiplicam e grades visíveis/invisíveis as cercam. Os aterros de manguezais e a retirada da vegetação, teoricamente protegidos por lei, sucumbem ao poder de licenças trocadas por capitais escusos. O pescado atingido por excessos de luz, barulho, materiais orgânicos e inorgânicos, embora os competentes órgãos ao contrário do esperado não façam acompanhamentos estatísticos recentes, desaparece. A modificação da paisagem, assim como a ausência de ações democráticas afinadas a justiça ambiental e social consomem camadas de história. Enquanto apaga símbolos, identidades e pertencimentos o aumento da população flutuante cinzela um não lugar (Augé, 2012). Apesar do discurso pintar soluções ao território desprestigiado e assolado pelo mal imposto, as respostas mostram-se ineptas ou afeitas a desvios. Ao invés de reparar a qualidade e recuperar aquilo que, “tecnicamente”, deixou de ser um bem, esboçam desconfortos e mudanças significativas. Estas, inclusive originam remoções sequer previstas pelos EIA e RIMA, requeridas para segurança do Estaleiro e Base Naval.

Moradores da Ilha da Madeira se reuniram, na noite de terça-feira (12), com o comandante da Marinha, Gilberto Huet de Bacellar Sobrinho, gerente de apoio ao licenciamento ambiental do órgão. Na pauta, eles cobraram explicações sobre desapropriações previstas para acontecer na Baía de Sepetiba, em função do Estaleiro e Base Naval que contempla o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) [.]. Uma fonte do ATUAL contou que eram muitas as reivindicações dos moradores como, por exemplo, saber o tamanho exato da área que será desapropriada. E a informação que obtiveram do comandante Gilberto é que será de aproximadamente 2, 4 milhões/ m², começando pela Praia do Inglês,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

passando pelo alto da serra até o Morro da Mariquita [...] os moradores questionaram, em outras ocasiões, a Marinha garantir não haver desapropriações. Porém, o comandante justificou não ser possível haver empreendimento num raio de 250 metros da Base Naval, o que foi duramente questionado pelos moradores, sob a alegação do cais do Superporto Sudeste estar a menos de 200 metros do local. “Se os moradores vão ser desapropriados, o mesmo deve acontecer com o empreendimento da MMX”, enfatizou a fonte (Leão, 2013).

A Ilha da Madeira, a Baía de Sepetiba, antes bucólica sofre com o trânsito intenso de veículos pesados, detonações, máquinas ininterruptamente em funcionamento e as vibrações racham paredes e pisos de casas. Os riscos carregados em dragas, navios e caminhões dificultam a circulação de pessoas e embarcações, utilizadas nas atividades de pesca e turismo, no território e nas águas que até outro dia a todos pertencia. Se o passivo desapareceu, o procedimento é uma incógnita, mesmo solicitados esclarecimentos, sem surpresa, generalizações reafirmam o procedimento adotado.

Da mesma forma, políticos e empresas denunciadas por ligações suspeitas, quando muito, apoiam-se em desculpas como financiamento legal de campanha. Por tais evidências o processo de refuncionalização, com desterritorialização, apropriação e reterritorialização, leva a temer pelos arranjos, subsistência, práticas e cargas culturais. O processo aquiescido pelo poder público, financiado com recursos do contribuinte faz refletir sobre o preço a ser pago para construir o “Mar de Minas”. Simultaneamente, enquanto erige a moldura da “eficiência/competitividade” em função do projeto político de crescimento econômico, sugere paralelos a desfiguração e comprometimento da Baía de Guanabara.

Certo modo, leva a questionar: pertence a essa época ações que não observam valores, sobretudo imateriais, e admitem a precificação por força de imperativos anômalos para preencher tabelas de natureza econômica e recrudescer violências afinadas aos quadros de injustiça ambiental na sua forma mais refinada?

Mesmo a sopesar as “compensações”, previstas na lei, a verborragia em investimentos sociais, manutenção de patrimônios tangíveis e intangíveis, os resultados conhecidos, assim como os poucos recursos para o fim, mais funcionam como “cala boca”. Dessarte, é razoável considerar tímidos os esforços nessa direção, principalmente comparadas às prioridades desenhadas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“estratégica e gerencialmente” no traço do capital. De tal modo, o Estado faz uso de encanecidas táticas de fragmentar, desmobilizar e enfraquecer a participação para contrafazer decisões unilaterais. Ainda, de prerrogativas como produzir regulação para impor práticas e técnicas superadas em desacordo com o tempo presente. O distanciamento dos comuns evita discussões, impasses e resistências que poderiam demandar tempo no estudo de alternativas, mas legitima e transfere deliberações a elite econômica e política ávida por acordos e negociações questionáveis. Essa prática, assina direção e execução de vicissitudes convertidas em deliberações, as quais, depois do acabamento institucional, são revestidas do verniz de adequadas e imprescindíveis. Ao passo em que, demandas reais no âmbito social e na ecologia humana, onde se multiplicam desigualdades, desequilíbrios e déficits, são preteridas. Nas questões relacionadas ao ambiente, enquanto os efeitos das ações avolumam a progressiva deterioração de recursos e estoques, a farta distribuição de impactos esboça paisagens análogas à Baía de Guanabara e seus projetos de recuperação.

Em todos cenários, a intimidação e a produção de perigos se afirmam como lógica, porém, depois de assimilada pelo corpo social - como não houvesse escolha - assume o *status* de normalidade. Isso causa a sensação de que, mesmo num tempo pautado por pressupostos de civilidade, informação, racionalidade e democracia, as resoluções “estratégicas” reproduzem ações e planejamentos enchedos de práticas e técnicas que não foram renovadas. Desse modo, o “rolo compressor” devasta significados, efeitos do lugar e permite questionar: o sofrimento produzido para transformar a Baía de Sepetiba em um “Mar de Minas” compensa?

Bibliografía



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.24, n.68, p.103-109.

Almeida, A. W. B. (2006). Arqueologia da tradição: Uma apresentação da Coleção ‘Tradição e Ordenamento jurídico’. in. SHIRAISHI NETO, Joaquim. *Leis do Babaçu livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas*. Manaus: PPGSCA-UFAM/ Fundação Ford.

Arendt, H. (2007). *A condição humana* (10nd ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Augé, M. (2012). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.

Azevedo, R. (2011, Jun 12). Obra nova, Brasil velho. *Veja*. Acesso Junho 12, 2011, em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/obra-nova-brasil-velho-mmx-de-eike-paga-20500-mais-carro-por-terras-de-autoridades-da-cidade-onde-fara-seu-porto/>.

Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

Bullard, R. (2004). Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: Acselrad, H., Pádua, J. A., Herculano, S. (Orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. São Paulo: Delume Lumará.

Cassirer, E. (1994). *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2010). *O Anti-Édipo*. São Paulo: Ed 34.

Diegues, A. C. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC.

Ecology /Brasil (2008). *Relatório de Impacto Ambiental para as obras de construção de Terminal Marítimo, para estocagem de minério de ferro e carvão, Empresa LLX – Porto Sudeste, Município de Itaguaí*. Rio de Janeiro.

Febvre, L. (1970). *O Problema da Descrença no Século XVI: a religião de Rabelais*. Paris/Lisboa: Éditions Albin Michel/Editorial Início.

Finatto, M. J. B. (2003). A definição de termos técnico-científicos no âmbito dos estudos de terminologia. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 11, n. n.1jan/jun, p. 197-222.

Freitas, M. B., Gondim, G., Freitas, J., Peiter, P. C., Casanova, A. (2009). *A construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos entre atores envolvidos em conflitos*



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

socioambientais - o caso do passivo ambiental da Companhia Mercantil e Industrial Ingá. Relatório de Pesquisa - EPSJV/CGVAM/FIOTEC-812: Rio de Janeiro, 2009.

Freitas, M. B., Rodrigues, S. C. A., Miranda, L., Silva, V. (2013). *Impactos de grandes empreendimentos projetados para a região da Baía de Sepetiba nas condições de vida e situação de saúde dos trabalhadores da pesca das Colônias de Pedra de Guaratiba (Z-14), Sepetiba (Z-15) e Itacuruçá (Z-16).* Relatório de Pesquisa. FAPERJ: Rio de Janeiro.

Fridman, F., Ferreira, M. S. N. (1996). Cidade flutuante: os portos do Rio de Janeiro colonial. In: *4º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro, p. 515-530. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/463>

Grinover, L (1989). O planejamento físico-territorial e a dimensão ambiental. *CADERNOS FUNDAP*, São Paulo, v.9, n.16, p.25-32.

Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. (2010). *Relatório de Impacto Ambiental: Instalação do Terminal Marítimo para o Embarque de Minério de Ferro na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ.* Rio de Janeiro.

Holanda, Sérgio Buarque (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Leão, Francisco (2013, Março 14). Moradores cobram explicações sobre desapropriações. *Jornal Atual*. Disponível em: <http://jornalatual.com.br/portal/?p=41118> / <http://arquivo.jornalatual.com.br/2013/03/moradores-cobram-explicacoes-sobre-desapropriacoes>

Marinha do Brasil (2011). *Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) Web site*. Disponível em: www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/temas_relevantes/prosub-completo.pdf.

Marzulo, Eber P. (2005). *Espaço dos pobres: Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. Tese de Doutorado*, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MRS Estudos Ambientais Ltda. (2009). *Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Estaleiro e Base Naval para a Construção de submarinos Convencionais e de propulsão Nuclear, em Itaguaí.* Rio de Janeiro.

Passos, J. M. (2006, Novembro 28). Minas ganhará saída para o mar no Rio. *O Globo*. Disponível em: <http://kevin-blott.livejournal.com/4706.html>.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Poggio, Guilherme (2011, Junho 19). Estágio das obras da base de submarinos da MB. *Poder Naval*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/tag/mb-prosub/#ixzzlixgWkYyw>.

Ribeiro, Ana Clara T. (2012). Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, ano 3, n. 9, p. 58-71.

Rodrigues, S. C. A. (2012). *A Ilha da Madeira que vira carvão: o processo de apropriação de um território na baía de Sepetiba*. Dissertação de mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Santos, Milton (1994). *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC.

ⁱ Oportunistamente substituído, com a tragédia democrática, em novembro de 2017 pelo “criativo” Projeto Avançar.

ⁱⁱ Conjunto construído no ambiente para conter, limitar e selecionar acesso, fluxo e circulação.

ⁱⁱⁱ No caso fluminense 19 municípios formam a segunda maior do Brasil e a Terceira da América do Sul após a revisão de 22/10/2009.

^{iv} Letra utilizada na matemática para representar uma incógnita ou sinal de multiplicador. No mercado identifica exportações, em algarismos romanos corresponde ao árabe 10, também utilizado para marcar um lugar nos mapas ou um objeto alvo a ser atacado.

^v Proposta de Marc Bloch e Lucien Febvre na revista *Annales* (1929), permitindo um fazer-história com liberdade de escolhas e a formulação de hipóteses conectadas a elementos constituintes do homem, suas formas de organização social interessadas em Novas Abordagens, Objetos e Problemas.

^{vi} Consórcio formado pela Impala, subsidiária da trading holandesa Trafigura, e por Mubadala, empresa de investimentos e desenvolvimento de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, que adquiriram 65% do Porto Sudeste, agora denominado PortCo por US\$400 milhões e assumiu R\$1,3 bilhões de dívidas em outubro de 2013 da MMX, compra concluída em janeiro de 2014.

^{vii} Gentílico utilizado para designar as pessoas nascidas no estado de Minas Gerais.

^{viii} A respeito desse episódio, a Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca) anulou a licença provisória para a construção a 20 de agosto de 2002.